FEDERAL

Jornal do Conselho Federal de Psicologia - ANO XVII Nº 72 - AGOSTO DE 2002

40 anos
da profissão de psicólogo

Não é o que Parece: a Psicologia na TV

Não é o que Parece: a Psicologia na TV

Não é o que Parece:a Psicologia na TV

EXPEDIENTE

Presidente
Odair Furtado

Vice-Presidente
Ana Luíza de Souza Castro

Secretário-Geral
Miguel Angel Cal González

Tesoureiro
Francisco José Machado Viana

Secretário de Comunicação
Ricardo Figueiredo Moretzsohn

Secretário de Orientação e Ética
Aluízio Lopes de Brito

Secretária Região Norte
Sônia Cristina Arias Bahia

Secretário da Região Nordeste
Aluízio Lopes de Brito

Secretária Região Centro-Oeste
Deusdet do Carmo

Secretário Região Sudeste
Ricardo Figueiredo Moretzsohn

Secretária Região Sul
Analice de Lima Palombini

Marilene Proença Rebello de Souza

Paulo Roberto Martins Maldos

Suplentes

Adriana Marcondes Machado
Diva Lúcia Gauterio Conde
Eleuni Antônio de Andrade Melo
Francisco de Assis Nobre Souto
Gislene Maia de Macedo
Marcus Adams Pinheiro
Margarete de Paiva Simões Ferreira
Mariana M. Gomes Freire
Rebeca Litvin
Sandra Maria F. de Amorim

Comissão Editorial
Analice de Lima Palombini
Margarete de Paiva Simões Ferreira
Ricardo Figueiredo Moretzsohn

Jornalista Responsável
Hosana Seiffert - Reg. Prof. XXXXXXX
Opção comunicação

Editores
XXXXXXXXXXXXX
XXXXXXX

Repórteres
Joclina Chaves
Juarez
Paula Mena Barreto

Fotos
Patrícia Haubert

Projeto Gráfico e Editoração
Zus! Soluções Integradas - (61) 3039 4456

Tiragem
117 mil exemplares

Impressão
WEB Editora

Conselho Federal de Psicologia
SRTVN Ed. Brasília Rádio Center sala 4024-A
CEP: 70.719-900
Tel: (61) 429-0100
Fax: (61) 328-1728
E-mail: federal@pol.org.br
www.pol.org.br

EDITORIAL

Caros Psicólogos do Brasil,

Este ano, no mês de agosto, comemoramos 40 anos da regulamentação de nossa profissão. Uma profissão centenária, que teve seu início com o primeiro laboratório dirigido por Manoel Bomfim, no Pedagogium do Rio de Janeiro, em 1906, com o trabalho e produção científica de Lourenço Filho, criador do primeiro curso de psicologia em 1932, na Universidade de São Paulo, com a fundação do ISOP na Fundação Getúlio Vargas, também no Rio de Janeiro, com a presença marcante de madre Cristina em São Paulo, no Sedes Sapientiae, de Helena Antipof em Minas Gerais, de Paulo Rosas em Pernambuco e de tantos outros pioneiros da profissão. Uma profissão que na década de 60 encontra-se com a consistência suficiente para o seu reconhecimento oficial e, em 27 de agosto de 1962, foi promulgada a Lei Federal que regulamentou nossa profissão. Muito conquistamos nesses quarenta anos e hoje a Psicologia é uma profissão respeitada e necessária do ponto de vista da saúde, da educação e do trabalho. Parabéns a todos os psicólogos brasileiros por essa data!

O CFP comemora estes 40 anos procurando cumprir seus objetivos, que é o de garantir plena interlocução entre a Psicologia e a Sociedade Civil. Para tanto estamos constituindo, como mais uma atividade com os Conselhos Regionais, a Comissão Nacional de Avaliação dos Testes Psicológicos.

Esta comissão irá construir os critérios para a avaliação dos testes em uso no Brasil, de forma permanente, e será uma garantia para os psicólogos e usuários que fazem uso desse importante instrumento de avaliação psicológica. O mesmo estamos fazendo com relação ao trânsito. Temos mantido reuniões com o DENATRAM para estabelecer uma melhor fiscalização aos serviços prestados pelos peritos, particularmente no que diz respeito aos Centros de Condutores. Também estamos procurando garantir para todo o território nacional, a distribuição eqüitativa dos exames. Ainda não estamos implementando o convênio, dada a mudança de direção do DENATRAM e da necessidade encontrada pela nova direção de examinar o convênio. Entretanto, acreditamos que em breve teremos boas notícias sobre este campo da circulação humana.

Neste jornal, estamos atualizando os psicólogos brasileiros sobre a situação do Conselho Regional do Rio de Janeiro, que teve sua intervenção decretada no final do ano passado e dos desdobramentos jurídicos desta ação. Nossa expectativa é resolver o mais rápido possível essa situação, cumprindo nossa função legal de controle fiscal e administrativo dos regionais, com a aprovação dos outros 14 regionais que definiram a necessidade dessa intervenção.

Ainda sobre o papel do CFP como organismo de defesa da sociedade civil, estamos falando sobre a exploração sexual no Brasil e sobre o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil. Este grave problema, que tem na desigualdade social brasileira sua ancoragem, produz e é produzido por um campo de subjetividade que deve ser refletido por todos nós, já que está diretamente relacionado com a construção da cidadania em nosso país.

CARTAS

Parabéns

Parabéns pela importante conquista obtida pelo CFP sobre a prática da acupuntura pelo psicólogo. Consolidar essa vitória é de extrema importância: acupuntura é realmente uma grande auxiliar para os tratamentos que são da responsabilidade dos psicólogos.
Um abraço,

Maria Cristina Rios Magalhães

RESULTADO DO PRÊMIO MONOGRÁFICO

"ARTHUR RAMOS - Pluralidade Étnica: Um Desafio à Psicologia Brasileira"

27 de AGOSTO de 2002

No dia 16 de agosto de 2002, a Comissão Julgadora do PRÊMIO MONOGRÁFICO "ARTHUR RAMOS - Pluralidade Étnica: Um Desafio à Psicologia Brasileira" reuniu-se em Brasília para decidir os três primeiros premiados. A Comissão foi composta por nomes sugeridos pela XII Plenária do Conselho Federal de Psicologia: Ana Jacó-Vilela da UERJ, Carlos Alberto Prado Gomes da UFPA, Maria de Jesus Moura do SOS Racismo/PE e da ONG DJUMBAY, Ricardo Franklin Ferreira da Universidade de São Marcos/SP e Sônia Grubits da Universidade D. Bosco/MT.

Foram recebidos 22 trabalhos para a Categoria Estudante e 25 para a Categoria Psicólogo. A Comissão Julgadora, sob a coordenação de Ricardo Franklin, definiu os critérios de avaliação para que cada um dos trabalhos fosse apreciado por pelo menos dois membros da Comissão e a imparcialidade fosse garantida por meio da não identificação dos autores.

Após mais de um mês de avaliação dos textos com a elaboração de pareceres, a Comissão considerou seis trabalhos em cada categoria como os melhores classificados. E em 16/08/02, premiaram os seguintes trabalhos nas categorias psicólogo e estudante:

Categoria PSICÓLOGO

1º lugar

A Mestiçagem Enquanto um Dispositivo de Poder e a Construção de Nossa Identidade Nacional

Emanuel Mariano Tadei
Carapicuíba - SP
Formação: Universidade de São Marcos - 1995

2º lugar

Pluralidade Étnica e Abertura para a Diferença como Desafio à Psicologia Brasileira

Sandra Maria da Mata Azerêdo
Belo Horizonte - MG
Formação: Universidade Federal de Minas Gerais - 1969

3º lugar

Da Cultura ao Inconsciente Cultural: Psicologia e Diversidade Étnica no Brasil Contemporâneo

Fernando Cesar de Araujo
Belo Horizonte - MG
Formação: PUC/MG - 1988

Categoria ESTUDANTE

1º lugar

Pluralidade Racial: Um Novo Desafio ao Psicólogo

Caio Maximino de Oliveira
Bauru - SP
Instituição: Universidade Estadual Paulista - UNESP/ Bauru - 3º termo

2º lugar

Da Cultura do Dentro à Etnicidade do Fora: o Devir como Desafio à Psicologia Brasileira

Édio Raniere da Silva
Blumenau - SC
Instituição: Universidade Regional de Blumenau - 7º semestre

3º lugar

Reflexões Étnicas sobre o Processo Formativo a partir de uma Perspectiva Psicológica

Gerson Alves da Silva Júnior
Maceió - AL
Instituição: Universidade Federal de Alagoas - 4º ano

Os trabalhos premiados serão publicados no nº 22.4 da Revista Psicologia Ciência e Profissão.

A Comissão Julgadora, preocupada com os aspectos pedagógicos envolvidos em uma tarefa como esta, comprometeu-se em enviar um parecer a todos os autores dos trabalhos submetidos ao Prêmio Monográfico.

Sessão Solene no Congresso Nacional marca os 40 anos da regulamentação da Psicologia no Brasil

A reabertura do Congresso Nacional, depois do recesso de julho, foi marcada pela presença de mais de cem psicólogos e representantes de entidades da psicologia no plenário da Câmara, para a Sessão Solene, no dia 1º de agosto, que lembrou os 40 anos da regulamentação da profissão de psicólogo no Brasil. A sessão foi aberta pelo presidente da mesa, o deputado Salatiel Carvalho (PMDB/PE) que convidou representantes da psicologia brasileira a compor-em a tribuna. Fizeram parte da mesa o presidente do CFP, Odair Furtado, Paulo Rogério Menandro, representando o Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia, Rosa Maria Albanezi, presidente do CRP 01, Marcus Vinícius de Oliveira Silva, presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos e Paulo Rosas, um dos grandes pioneiros da psicologia no Brasil.

No discurso de abertura da Sessão Solene, o deputado Salatiel Carvalho destacou a psicologia como a ciência que estuda o comportamento e a alma do ser humano, citando o poeta e músico Renato Russo: "digam o que disserem, o mal do século é a solidão".

Já a deputada Maria do Carmo Lara (PT/MG), autora do pedido da Sessão Solene, fez uma avaliação positiva dos 40 anos da psicologia no Brasil. Para ela, a psicologia tem demon-strado avanço e maturidade ao entender e tratar o homem como ser social e não apenas como um indivíduo.

"Não existe dicotomia entre sujeito e sociedade", afirmou, durante o discurso, lembrando que desde os primeiros dias de regulamentação, a psicologia no Brasil está voltada para a socie-dade, seus anseios e suas lutas. "A sociedade brasileira pode ter orgulho de ter tornado possível uma profissão como esta. Nossa categoria está intimamente ligada com a luta social e o Brasil precisa reintegrar milhões de brasileiros", afirmou Maria do Carmo, que também é psicóloga.

A Sessão Solene, que durou cerca de uma hora, também teve a participação do Madrigal da Universidade de Brasília, sob a regência do maestro David Junker. Para o presidente do CFP, Odair Furtado, a psicologia pode ajudar a sociedade a entender este momento pelo qual o Brasil está passando.

"Apesar do momento econômico, político e social de grande intranqüilidade pelo qual passa o nosso país, precisamos manter a esperança e acreditar que um outro país é possível. É no engajamento nesta luta e na possibilidade de novas construções, que a Psicologia brasileira se coloca e é chamada a contribuir", afirmou Odair Furtado.

A psicologia é a forma contemporânea de cura de almas, cura no sentido latino desta palavra, o cuidado para com o universo de nossa interioridade, tão complexo quanto o universo da exterioridade. Como toda cura, ela é sempre benfazeja. Seu desafio, especialmente, no Brasil é de poder ser estendida a todos os que precisam de cuidado, as vítimas de nossa barbárie social.

Leonardo Boff,
teólogo e um dos coordenadores da publicação da obra completa de C.G. Jung, em português, junto à Editora Vozes de Petrópolis.

Sobre os 40 Anos de Regulamentação Profissional da Psicologia

Parto do suposto de que o estatuto legal que reconheceu e regulamentou a prática da psicologia no Brasil foi o que se pode fazer em 1962. Vejo sua relevância, menos em função do seu conteúdo e estrutura, do que em referência às perspectivas que abriu para a formação acadêmica dos psicólogos, a organização dos psicólogos como categoria profissional e sua independência entre os profissionais afins.

Não minimizo o papel dos médicos e educadores - não raro, médicos educadores - na criação de entidades destinadas ao estudo e à prática da psicologia - em certos casos, entidades médicas ou educativas, onde a colaboração dos psicólogos era estimulada -. Isto já foi enfatizado por Lourenço Filho e, a partir de Lourenço Filho, por muitos outros. Tampouco minimizo o esforço realizado por médicos e educadores, a partir dos anos 20 do século passado, no sentido de proporcionar formação e treinamento aos psicologistas. Entretanto, principalmente no concernente aos médicos, os psicologistas atuavam como auxiliares. Em todo caso, sua formação era, naturalmente, limitada ao âmbito da experiência ou prática desenvolvida pela instituição. Até mesmo a realização de estágios - correntes nos países europeus - e doutorados, eram, quase sempre, na mesma linha dos conhecimentos acumulados no Brasil.

A regulamentação profissional da psicologia impôs ao psicólogo formação acadêmica regular. Impôs a aquisição de conhecimentos básicos relativos a disciplinas afins; em nível pelo menos introdutório, de informações concernentes aos diversos campos de aplicação da psicologia, a seus fundamentos teóricos e metodológicos; impôs a estimulação de uma nova atitude diante da pesquisa científica e da extensão.

A organização como categoria profissional, em associações científicas, sindicatos e Conselhos (Regionais e Federal), possibilitou ao psicólogo a visibilidade social conducente à posição que hoje, 40 anos depois, vivencia entre os demais profissionais de formação universitária. Somente assim foi possível alcançar a independência e a autonomia profissional conquistada.

Paulo Rosas

Curso seqüencial não é graduação

Todo cuidado é pouco quando o assunto é "curso seqüencial". Isto porque várias faculdades usam de má fé para promovê-los não explicando a diferença entre estes e os cursos de graduação. "O curso seqüencial tem em média menos da metade de horas de uma graduação", explica a presidente do Conselho Regional de Psicologia da 1ª Região (DF), a psicóloga Rosa Albanezi. Segundo ela, os cursos são complementares e não podem substituir a graduação.

Para proteger o aluno, o psicólogo e a sociedade, o Conselho Federal de Psicologia elaborou resolução que veta a inscrição nos Conselhos Regionais de Psicologia de pessoas que acompanharam cursos seqüenciais sem a apresentação do diploma de conclusão do curso de graduação emPsicologia.

A resolução assegura, assim, o exercício da profissão de Psicólogo aos graduados. "Os Conselhos Regionais não são contra estes cursos que surgiram com a promulgação, e posterior regulamentação da Lei de Diretrizes e Bases. O problema é o uso deles com artifício para não se cursar uma graduação convencional. Mas ele é muito bem vindo como um complemento, até porque são recortes específicos de uma área do conhecimento", afirma Rosa Albanezi, integrante do grupo de trabalho que elaborou a resolução.

ESPAÇO ABEP

Diretrizes Curriculares

Após o 3º Encontro Nacional da ABEP, realizado em outubro de 2001, no Rio de Janeiro, marcado pelas discussões sobre as Diretrizes Curriculares, a ABEP e diversas entidades participaram, em 31 do mesmo mês, em Brasília, de audiência com o CNE (Conselho Nacional de Educação), com o objetivo de colocar suas posições sobre as Diretrizes elaboradas pela Comissão de Especialistas.

Insatisfeita com o texto das Diretrizes, divulgado no dia 07 de novembro, a ABEP junto com o CONEP convocou o Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira para assinar uma Carta Aberta à População, em que rejeitam as diretrizes propostas pela Comissão de Especialistas. Entre as críticas apresentadas, está o fato de se colocar em risco o avanço da Psicologia como ciência e profissão, propor uma separação entre pesquisa e prática profissional, provocando um esfacelamento da Psicologia. Representantes das entidades de Psicologia foram recebidos pela secretária de Ensino Superior, Maria Helena Guimarães, e pelo diretor de Políticas do Ensino Superior, Roberto Liza Cury, que pediram a elaboração de uma proposta de Diretrizes Curriculares até o dia 28 de janeiro de 2002. Para elaborar o documento, foi criado o Fórum Aberto para Construção das Diretrizes Curriculares de Psicologia, que se constituiu num espaço democrático, com a participação de quarenta e uma entidades. No dia 24 de janeiro, a proposta das Diretrizes Curriculares foi entregue ao Ministério da Educação que, até o fechamento do jornal, não havia se manifestado a respeito.

Cadastramento

A ABEP iniciou o processo de cadastramento de cursos de Especialização. Está em andamento o cadastramento de vários cursos do Instituto Sedes Sapientiaes e do Hospital das Clínicas.

Anuidade

Já estão sendo enviados os boletos de pagamento para os sócios da ABEP. As pessoas que mudaram ou procederam alterações em seus e-mails, favor atualizar os dados pelo e-mail abep@psicologia-online.com.br.

Seminário sobre o ENC

A ABEP participou nos dia 19 e 20 de março, em Brasília, do seminário "Avaliação, Informação e Qualidade", que discutiu a Avaliação Nacional de Cursos de Psicologia.

*ESPAÇO CEDIDO À DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE PSICOLOGIA

Matéria Exploração Sexual

O Conselho Federal de Psicologia considera que o Programa Nacional de Avaliação dos Serviços Hospitalares (PNASH/Psiquiatria), implementado pelo Ministério da Saúde, por intermédio das Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, vai favorecer a avaliação da qualidade da assistência psiquiátrica brasileira, ainda hoje, predominantemente hospitalocêntrica, além da reclassificação dos hospitais em critérios por oferta de

lo desta avaliação
á para o
nto e reorientação dos
as ofertas necessárias em
ntal, que deverão estar
pela Lei 10.216 e pelas
es da III Conferência
le Saúde Mental.

na, o CFP posiciona-se
aos setores que
o lucro em detrimento
ade e humanização da
, e que tentam através
mentos
jurídicos e pressões políticas, impedir a execução do PNASH/Psiquiatria.

O Conselho Federal de Psicologia conclama, portanto, todos os Conselhos Regionais de Psicologia e as demais entidades organizadas que participam da construção das Políticas Públicas de Saúde Mental, a acompanharem os desdobramentos do PNASH/Psiquiatria junto aos programas de saúde mental Estaduais e Municipais, mobilizando-se para a garantia da aplicação das medidas previstas e a construção efetiva de políticas em saúde mental, substitutiva aos manicômios.

Convocamos todos os psicólogos dos setores comprometidos com a Reforma Psiquiátrica brasileira a se engajarem nas manifestações em prol do cumprimento do disposto nas portarias ministeriais números 77 e 251(a primeira fixou novos valores de remuneração para os hospitais e a segunda, instituiu o PNASH), assegurando também a efetivação das propostas da III Conferência Nacional de Saúde Mental.

18 de setembro! Dia de Mobilização em Defesa da Reforma Psiquiátrica. Participe! Divulgue!

Reforma Psiquiátrica

Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário. O Plano prevê ações de saúde financiadas pelos gestores federais e estaduais da área da saúde e da justiça, como a implantação de Programas Permanentes de Reintegração Social junto aos manicômios judiciários. Também merece destaque a elaboração, em parceria com Ministério Público, de uma portaria interministerial que vai regulamentar as internações voluntárias e involuntárias, conforme manda a Lei 10.216. A criação do Programa de Capacitação de Recursos Humanos para a Reforma Psiquiátrica também significa uma grande conquista.

Reforma Psiquiátrica

Nesta edição do Federal, entrevistamos Pedro Gabriel Godinho Delgado, militante histórico do Movimento Antimanicomial e atual coordenador das ações de Saúde Mental do Ministério da Saúde. Pedro Gabriel assumiu a Coordenação logo após a Caravana dos Direitos Humanos da Câmara dos Deputados ter constatado e denunciado a deterioração das condições assistencias dos hospícios brasileiros. Seu desafio era fazer avançar a Reforma Psiquiátrica, tema principal da entrevista.

O dirigente falou sobre o Programa Nacional de Avaliação dos Serviços Hospitalares - PNASH/versão psiquiátrica, instituído por portaria do Ministério da Saúde em janeiro de 2002. O Programa, que prevê a avaliação sistemática e periódica dos hospitais psiquiátricos, é apoiado por profissionais de saúde mental e gestores públicos de saúde em todo o país. A única posição contrária manifesta tem sido a da Federação Brasileira de Hospitais.

Federal:
Como anda a Reforma Psiquiátrica?

Pedro Gabriel:
A reforma Psiquiátrica recebeu um forte impulso após a implantação do PNASH e avança firme. Já avaliamos 119 dos 252 hospitais psiquiátricos brasileiros. Também estamos avaliando as unidades psiquiátricas que contam com mais de 6 leitos em hospitais gerais.
Entre 2000 e 2002 conseguimos a diminuição de 2.400 leitos em hospitais psiquiátricos.

Federal:
De que forma é feita esta avaliação?

Pedro Gabriel:
As vistorias são realizadas em duas etapas: uma avaliação técnica, feita por equipe composta de membros da saúde mental, vigilância sanitária e controle e avaliação; e uma segunda avaliação, feita pelos pacientes.
Esta última objetiva verificar a satisfação desta clientela.

Federal:
A avaliação tem encontrado muita resistência?

Pedro Gabriel:
O principal foco de resistência vem de setores da Federação Brasileira de Hospitais.
Ela é natural e compreensível, mas não conseguirá barrar a avaliação e as mudanças.
Os bons hospitais, e eles existem, terão sua qualidade de atendimento reconhecida.

Federal:
Por que os Centros de Atenção Psicossocial ainda não foram implantados em todo o país?

Pedro Gabriel:
Os CAPS são uma conquista, representam uma mudança muito positiva no setor. J
á existem no Brasil 315 unidades em funcionamento e esperamos chegar a 498 até o final do ano.
Os estados do Acre, Piauí, Rondônia, Amapá e Roraima, que ainda não as possuem, deverão também ser atendidos.

Federal:
O SUS continua a gastar mais com os serviços tradicionais que com os alternativos?

Pedro Gabriel:
Infelizmente sim, mas avançamos também nesse aspecto.
Se hoje 84% dos recursos ainda são gastos com internação, até 1999 eram 91%.

Federal:
Como estão os desdobramentos da III Conferência Nacional de Saúde Mental?

Pedro Gabriel:
Entre as novidades está a Portaria Interministerial 628, dos Ministé-rios da Saúde e da Justiça, que institui o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário. O Plano prevê ações de saúde financiadas pelos gestores federais e estaduais da área da saúde e da justiça, como a implantação de Programas Permanentes de Reintegração Social junto aos manicômios judiciários.
Também merece destaque a elaboração, em parceria com Ministério Público, de uma portaria interministerial que vai regulamentar as internações voluntárias e involuntárias, conforme manda a Lei 10.216.
A criação do Programa de Capacitação de Recursos Humanos para a Reforma Psiquiátrica também significa uma grande conquista.

Federal:
Como vê a participação dos psicólogos na luta antimanicomial?

Pedro Gabriel:
Os psicólogos são parceiros no processo de reforma psiquiátrica. O CFP tem participação marcante na Comissão de Saúde Mental, como teve na Conferência Nacional de Saúde Mental. Com suas denúncias e propostas, colabora de forma decisiva na formulação de políticas para o setor.

DIRETRIZES CURRICULARES

O processo de construção das Diretrizes Curriculares da Psicologia ainda não chegou ao fim. O Parecer CNE/CES Nº 072/2002, aprovado em 20/02/2002 (2ª versão da relatoria) reproduziu praticamente na íntegra o texto da 1ª Versão. São mantidas a estrutura e o conteúdo do primeiro documento (Parecer CNE/CES Nº 1.314/2001), com exceção do item que define as competências gerais a serem desenvolvidas pelo curso de Psicologia . O Art. 6º faz referência à Psicologia como uma área restrita à saúde. Além de reformular o equivocado texto que, na sua 1ª versão, fazia referências inclusive ao uso apropriado "de medicamentos", a nova redação substituiu os termos "profissionais de saúde" por "profissionais" o que acarreta uma mudança sutil no entendimento da classificação da Psicologia.

Diante do que foi chamada de "nova" redação fica evidente a desconsideração pela proposta solicitada pela SESU (Secretaria de Ensino Superior do MEC) ao Fórum de Entidades Nacionais de Psicologia em dezembro de 2001 e encaminhada em janeiro de 2002. Vale lembrar que a proposta encaminhada foi construída em um Fórum Aberto que contou com a participação de várias entidades e universidades. A proposta de Diretrizes Curriculares construída pelo Fórum Aberto traduz uma concepção de formação generalista e integrada, capaz de colocar no mercado profissionais aptos à atender as reais demandas sociais. Esse profissional só pode se constituir a partir de uma sólida formação científica, crítica e reflexiva, que não será contemplada se a formação for fragmentada e tecnicista.

Em 28 de janeiro, essa proposta, construída coletivamente, foi entregue ao SESU/MEC, que, a partir de então, não deu nenhum retorno a respeito, apesar de reiterados pedidos nesse sentido.

Em 18 e 19 de março, ocorreu o Seminário de Avaliação dos Cursos de Psicologia, proposto pelo INEP-MEC. Neste evento estiveram representados cerca de cem cursos de graduação, além de entidades da psicologia. Os representantes do MEC presentes ao evento foram publicamente cobrados acerca das Diretrizes. Essa cobrança foi unânime, independente das demais diferenças de posição por parte dos coordenadores de curso. Os representantes do MEC responderam que nada sabiam.

No entanto, no dia 20 de fevereiro, Silke Weber, relatora do projeto das diretrizes junto ao Conselho Nacional de Educação, apresentava seu parecer, aprovado pelo CNE na mesma data. Dizendo estar atendendo ao posicionamento das Instituições de Ensino Superior e das entidades da Psicologia, o voto da relatora apresenta mudanças apenas cosméticas em relação ao texto original, mantendo a fragmentação proposta pela "comissão de especialistas", especialmente em relação ao perfil (dissociando pesquisa e ensino) e ênfase em uma área de aprofundamento, o que só pode interessar a uma concepção mercantilista do ensino superior no país, que prioriza a redução de custos em detrimento da oferta de um ensino de qualidade.

Nova mobilização foi realizada para impedir a homologação dessas diretrizes e o CNE institui uma Comissão (Rose Neubauer

Sociedade se mobiliza contra a ALCA

Continua intensa a mobilização da sociedade civil contra a implantação da ALCA, o acordo que prevê a criação da Área de Livre Comércio das Américas. Para o segundo semestre deste ano estão marcadas diversas atividades e manifestações, sendo que a maior deverá ser a realização de um plebiscito nacional em setembro, para que a população brasileira se posicione sobre o assunto.

Organizações e movimentos sociais do Brasil e de outros países que se posicionam contra a ALCA reuniram-se em Bruxelas nos dias 17 e 18 de junho e, ao final, denunciaram o acordo por estar, entre outras coisas, sendo negociado pelos governos "de costas para seus cidadãos e cidadãs, com uma evidente falta de democracia, de participação civil e de transparência na informação".

Os defensores do acordo são acusados de, longe de incentivar a integração e a democratização política, econômica e social do continente, dar prioridade aos lucros dos grandes grupos internacionais, ao colocar o livre comércio acima da vida e da dignidade das pessoas.

As leis de livre mercado, que seriam implantadas com a ALCA, fortaleceriam uma globalização que não distribui riquezas nem é solidária, que elimina barreiras comerciais, mas impede a livre circulação das pessoas; que defende o livre mercado como um direito, mas dificulta ainda mais o acesso aos direitos básicos como a

Objetivos do Plebiscito

O principal objetivo do Plebiscito Nacional sobre a ALCA é defender a soberania e a liberdade do Brasil. Articulados a esse objetivo central, outros objetivos são:

1. aumentar a consciência nacional sobre os vários modos de dominação do Capital internacional e dos EUA em particular;

2. construir uma alternativa de integração popular e soberana entre os povos de América Latina, baseada num outro modelo de desenvolvimento;

3. envolver e pressionar o Congresso para que defenda a soberania do país, pedindo que o Brasil se retire das negociações atuais;

4. conseguir a organização de um plebiscito oficial para que o Brasil não assine a ALCA

alimentação, a educação ou a saúde, que passariam a ser tratados como bens de mercado, acessíveis apenas a poucos privilegiados.

Segundo o psicólogo Paulo Maldos, conselheiro do CFP e representante da instituição na Coordenação da Campanha Nacional Contra a Alca, o acordo, que à primeira vista poderia parecer interessante, traz conseqüências nefastas sobre as condições de vida da maioria da população dos países do continente, pois fortalece um projeto de hegemonia dos Estados Unidos e aprofunda e perpetua as relações de dependência da América latina.

Além disso, avisa, a ALCA está sendo concebida de tal forma que seus tratados comerciais terão mais valor que as leis nacionais, estaduais e municipais. "Ela cria uma espécie de governo internacional com poderes de arbitragem sobre qualquer disputa comercial nas Américas", diz Maldos, lembrando que isso já vem acontecendo na área do NAFTA, o acordo de livre comércio que abrange Estados Unidos, México e Canadá.

O psicólogo cita, como exemplo, o caso concreto de disputa envolvendo uma grande empresa norte-americana e o governo do México: "A empresa vinha jogando lixo tóxico em território mexicano e, de acordo com a legislação ambiental daquele país, foi multada por isso. Sentindo-se lesada, a multinacional recorreu ao fórum de avaliação e "julgamento" do NAFTA, que considerou a lei mexicana incompetente para puni-la e ainda condenou o México a indenizá-la por perda de lucros presumidos. Outro exemplo pedagógico vindo do NAFTA também envolve uma multinacional e as populações indígenas do México: a empresa patenteou o milho mexicano, cultivado desde a época pré-colombiana pelos índios, alterou as sementes geneticamente e, agora, os indígenas precisam comprá-las para o próprio cultivo.

A ALCA e os psicólogos

Na opinião de Paulo Maldos, os trabalhadores, de forma geral, serão muito atingidos pelos termos de um tratado como o da ALCA. Ele acredita que não apenas os assalariados, mas também os profissionais liberais sofrerão ameaças, entre outros fatores, pela superexploração do trabalho gerada pela intensificação da concorrência, pela precarização ainda maior das relações de trabalho e pela ausência de direitos ou proteção social.

Mas o que mais chama a atenção é uma possível invasão estrangeira nas licitações para assessorias e consultorias, área de atuação de inúmeros psicólogos. Estudo da pesquisadora Fátima Mello, da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), mostra que o setor de serviços constitui-se hoje no núcleo dos interesses das transnacionais e dos países centrais. "O chamado comércio de serviços corresponde a cerca de 20% dos fluxos globais de comércio e cresce em ritmo muito mais acelerado do que o comércio de bens", aponta.

Os países integrantes da ALCA deverão conceder, às empresas fornecedoras de outros países, um tratamento igual ao concedido às empresas locais. Este princípio poderá valer tanto para licitações em governos nacionais como também para prefeituras e governos estaduais. "Um exemplo do significado deste princípio poderia ser que, caso um governo queira dar preferência a um fornecedor local em uma concorrência para prestação de um serviço, estará proibido de fazê-lo, pois terá que tratar de forma igual e "não-discriminatória" fornecedores locais e estrangeiros.

Diante de ameaça tão grande, só uma resistência maior ainda. E é isso o que prometem os organizadores da Campanha Nacional Contra a ALCA no Brasil, da qual o Conselho Federal de Psicologia faz parte. O Plebiscito Nacional, que acontecerá de 1 a 7 de setembro, já conta com a adesão de inúmeros movimentos sociais, igrejas e entidades civis, além de partidos políticos. A Campanha está estruturada em todos os estados da Federação e já conta com milhares de militantes e organizações de base.

Se depender de mobilização, a Campanha será um sucesso. Durante o Fórum Social Mundial de 2002, foi dada uma demonstração: "No dia 4 de fevereiro, mais de 60.000 pessoas saíram às ruas de Porto Alegre para lançar o Plebiscito Continental sobre a ALCA", lembra Paulo Maldos. E, na última reunião da Coordenação da Campanha, que aconteceu em São Paulo no último dia 18 de julho, apesar de ser mês de férias, estiveram presentes trinta e seis representantes de movimentos sociais, entidades civis e partidos políticos, o que mostra o nível de interesse que o tema desperta.

Agenda de Mobilização para o Plebiscito

Julho/Agosto 2002:

- ***Seminário internacional com debates e troca de experiência sobre a realização de plebiscito nos demais países;***
- ***Realização, nos estados, de caravanas, mutirões, marchas de conscientização e debates com toda a sociedade.***

Setembro 2002:

·01 a 07 - Semana da Pátria e Grito dos Excluídos, realização do plebiscito popular contra a ALCA.

Mais informações sobe a ALCA e sobre o Plebiscito:

www.jubileusul.hpg.com.br

Psicopedagogia: proposta de regulamentação segue tramitando

Apesar do ritmo lento ditado pelo ano eleitoral, o Projeto de Lei 3.124/97, que propõe a regulamentação da profissão de psicopedagogo continua sua tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e de Redação (CCJR) da Câmara dos Deputados. O deputado Roland Lavigne (PMDB-BA) foi designado relator do projeto ainda em novembro do ano passado, mas até o momento não apresentou seu parecer, o que de certa forma é bom pois permite uma maior mobilização dos psicólogos, que são contra sua aprovação.
O projeto traz equívocos irreparáveis. Para justificá-lo, o deputado Barbosa Neto (PMDB-GO), seu autor, lembra o grave problema do fracasso educacional brasileiro, que considera um desafio a ser enfrentado com a revisão do projeto de educação do país. Se acerta no diagnóstico, o parlamentar erra na

Concurso de Especialistas

Segundo a resolução do CFP nº 014/00, de 20/12/2000, foi instituído, no âmbito da nossa categoria, o título profissional de especialista em psicologia. Como já é do conhecimento de todos, foram estabelecidas três modalidades para a obtenção deste título:

a) Comprovação de pelo menos 5 anos de exercício profissional na especialidade requerida. Para esta modalidade, o prazo para requerimento encerrou-se em 17/12/2001.
b) Concurso de provas e títulos.
c) Obtenção de título através de cursos de especialização credenciados pelo CFP.

Neste sentido, informamos à categoria que o CFP está trabalhando na organização do 1º Concurso de Provas e Títulos para especialista, que será promovido em duas etapas. A primeira, envolvendo as especialidades de Psicologia Escolar/Educacional, Psicologia Organizacional e do Trabalho, Psicologia Hospitalar e Psicologia Jurídica, tem as provas com sua aplicação prevista para o dia 24 de novembro de 2002. As demais especialidades (Psicologia do Trânsito, Psicologia do Esporte, Psicologia Clínica, Psicopedagogia e Psicomotricidade) terão as provas realizadas no próximo ano, com previsão para março de 2003.

De acordo com a mencionada Resolução, as provas do concurso vão envolver conhecimentos teóricos e práticos da área de especialidade escolhida pelo profissional, assim como uma avaliação de títulos, de acordo com critérios a serem estabelecidos no edital do processo, que se encontra em fase de elaboração.

Poderão participar do Concurso os psicólogos com mais de dois anos de inscrição no Conselho Regional de Psicologia, que estejam em pleno gozo dos seus direitos e que possam comprovar no mínimo dois anos de prática profissional na especialidade, contados, em ambos os casos, até a data da prova.

Destacamos que o título de especialista em psicologia é uma referência sobre a qualificação do psicólogo, não se constituindo condição obrigatória para o exercício profissional.

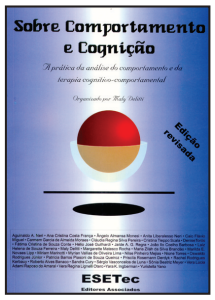
A categoria será amplamente informada sobre o presente processo, sobretudo em relação ao período de inscrições, local de realização das provas, programa e bibliografia. Outras informações poderão ser obtidas no site http://www.pol.org.br.

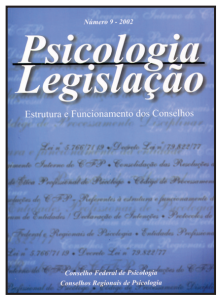
CFP regulamenta prática da Acupuntura por psicólogos.

O Conselho Federal de Psicologia reconheceu, com a edição da Resolução 5/2002, publicada no final de junho, a Acupuntura como recurso complementar no trabalho do psicólogo. Com isso o CFP passa a permitir, na prática, a prescrição e aplicação deste milenar método terapêutico alternativo pelos psicólogos que comprovarem formação em curso específico de acupuntura.

A técnica começou a ser praticada no Brasil em 1810 pelos imigrantes chineses e, mais tarde, em 1908 pelos japoneses.

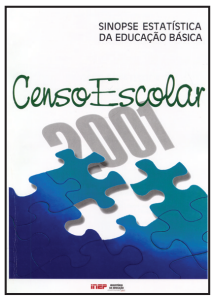
A decisão do CFP foi amadurecida por dois anos. Antes de chegar à Resolução, que atendeu a uma solicitação originada no CRP da Paraíba, o Conselho trilhou um longo caminho que incluiu discussões internas, consultas e estudos jurídicos. O objetivo da decisão é garantir maior segurança para pacientes e psicólogos. Antes do CFP, os Conselhos Federais de Farmácia, Fonoaudiologia, Enfermagem, Biomedicina e o de Fisioterapia já haviam regulamentado a questão, em suas respectivas áreas.

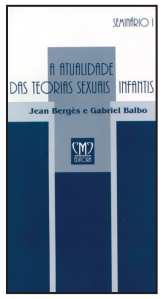




DICIONÁRIO BIOGRÁFICO DA PSICOLOGIA NO BRASIL

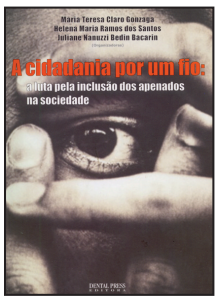
Coleção Pioneiros
Organização Regina Helena de Freitas Campos
Conselho Federal de Psicologia
Imago Editora
Tel: (21) 2502-9092
E-mail:
imago@imagoeditora.com.br
www.imagoeditora.com.br





PSICANÁLISE E LITERATURA
SEIS CONTOS DA ERA DE FREUD

Lúcio Roberto Marzagão
Paulo de Carvalho Ribeiro
Fábio R. R. Belo
Ophicina de Arte & Prosa



REVISTA PSICOLOGIA: TEORIA E PESQUISA

Editor: Norberto Abreu e Silva Neto
Instituto de Psicologia
Universidade de Brasília
Volume 17 - No. 2 - Maio - Agosto 2001
Tel/Fax: (61) 274-6455
E-mail: **revptp@unb.br**

REVISTA PSICOLOGIA EM ESTUDO

Departamento de Psicologia
Universidade Estadual de Maringá
Volume 6 No. 2 Ano 2001
Tel/Fax: (44) 261- 4291
E-mail: **revpsi@uem.br**

IV SEMINÁRIO NACIONAL DE PSICOLOGIA E DIREITOS HUMANOS

Tema: Psicologia, Direitos Humanos, Subjetividade e Exclusão
Data:12 a 1 4 de dezembro de 2002.
Local: Brasília, DF
Organização:
Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia
Tel.: (61) 429-0100

III CONFERÊNCIA LATINO-AMERICANA DE PROMOÇÃO DA SAÚDE E EDUCAÇÃO PARA A SAÚDE

Data:10 a 13 de novembro de 2002.
Local: Memorial da América Latina, SP.
Promoção: União Internacional de Promoção da Saúde e Educação
Apoio: MS e OPAS.
cepedoc@cmfeventos.com.br
www.fsp.usp.br/cepedoc

SIMPÓSIO DE PSICOLOGIA HOSPITALAR DA SANTA CASA DE SÃO PAULO

Data: 21 de setembro de 2002
Informações: (11) 5626-0040 ou 5524-6788 Ramal: 102

VI CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOLOGIA HOSPITALAR

Data: 10 a 13 de outubro de 2002
Centro de Psicoterapia Existencial, SP
e-mail: **psicoexistencial@terra.com.br**

III CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE PSICOLOGIA JUNGUIANA

Data: 30 de abril a 3 de maio de 2003, em Salvador
Promoção: Sociedade Brasileira de Psicologia Analítica - SBPA, Associação Junguiana do Brasil - AJB e Membros da International Association for Analytical Psychology - IAAP
Tel: (5511) 3865-5354 ou
www.jung2003.com.br

XI ENCONTRO LATINO-AMERICANO DA ABORDAGEM CENTRADA NA PESSOA

Data: 13 a 19 de Outubro de 2002
Local: Best Western Grinberg's Village Hotel, na Estância Hidromineral de Socorro, no Estado de São Paulo (a 130 Km da cidade de São Paulo e a 100 Km da cidade de Campinas)
Tel: (11) 3051 6934
e-mail: **encontrolatino@yahoo.com.br**
site:
www.ondetem.com/encontro.latino.acp.2002

XI ENCONTRO BRASILEIRO DE PSICOTERAPIA E MEDICINA COMPORTAMENTAL

Data: 26 a 29 de Setembro em Londrina
e-mail: **evento.degrau@sercomtel.com.br**

I ENCONTRO PARAIBANO DE PSICOLOGIA INFANTIL

Data: 26 a 28 de Setembro
Local: João Pessoa - Tel: (83) 225 3882

X ENCONTRO BRASILEIRO DE PSICOTERAPIA E MEDICINA COMPORTAMENTAL

Data: 20 a 23 de Setembro
Local: Campinas - SP Site:
www.royalpalmhoteis.com.br
Tel: (19) 3738 8000

VI CONGRESSO MUNDIAL DE BIOÉTICA

Data: 30/10 a 03/11/2002-
Local: Brasília - DF
Site: **www.bioethic-scongress.org.br**
Tel: (61) 445-5900